

Seminário de Olinda: entre o discurso religioso e o liberal

Rafael da Silva Virginio *

RESUMO: O presente trabalho é um estudo das influências religiosas e liberais que atuaram no discurso do Seminário de Olinda (1800-1836), tendo como referência bibliográfica central, o livro de Gilberto Luiz Alves, intitulado: O pensamento burguês no seminário de Olinda . A referida obra analisa o Seminário de Olinda no tocante às influências despotas esclarecidas que atuaram sobre a instituição religiosa, trabalhando a formação pedagógico-religiosa, de padres e da população local, e finaliza com os fatores para a decadência. O artigo tem o interesse de fomentar o debate acerca das contradições de um seminário de concepções religiosas, mas de influências liberais visíveis.

Palavras-chaves: Liberal;Seminário;Revoltas

The Seminar of Olinda: Between the religious discourse and the liberal one.

ABSTRACT: The present work is a study of the religious and liberal influences that you/they acted in the speech of the Seminar of Olinda (1800-1836), tends as central bibliographical reference, Gilberto Luiz Alves book, entitled: The bourgeois thought in the seminar of Olinda. Referred her work analyzes the Seminar of Olinda concerning the explained despotic influences that acted about the religious institution, working the formation pedagogic-religious person, of priests and of the local population, and it concludes with the factors for the decadence. The article has the interest of fomenting the debate concerning the contradictions of a seminar of religious conceptions, but visible liberal influences.

Word-key: Liberal; Seminar; Revolts.

O século XVIII, na Europa, foi marcado por uma avalanche de idéias liberais, idéias estas elaboradas por filósofos burgueses cujo tema principal era a contestação ao pensamento absolutista, para substituí-lo, os ilustrados elaboraram uma nova maneira de pensar o mundo baseado em uma visão racional, mecanicista, e na maioria das vezes impessoal, mas ao mesmo tempo humanitária, voltada para a compreensão das fraquezas quanto das ambição humana. Iniciado na idade moderna, o sistema absolutista, teve como alicerce o fortalecimento do estado e na centralização da estrutura estatal nas mãos dos monarcas. No que tange a política econômica, dos estados nacionais, a adoção foi ao modelo mercantilista, que no significado mais amplo defendia a intervenção do estado na economia com o fim de promover a prosperidade nacional e aumentar o poder do estado. O antigo regime nasceu da união de forças emergentes, advindas da desagregação do mundo feudal, propiciada pelo renascimento comercial, com a reabertura da rota do mediterrâneo, do renascimento urbano, formando

* Graduado pela Universidade Estadual da Paraíba.

conglomerados urbanos, da crise hegemônica da igreja católica, por fatores de saúde pública como a peste negra, e a ascensão da burguesia, possibilitada pelo crescimento das relações comerciais. Para o engrandecimento do estado absolutista houve a corroboração das novas práticas econômicas, que possibilitou aos monarcas a expansão da burocracia estatal e criação de novos órgãos.

Intelectuais burgueses elaboraram teses que faziam duras críticas a ordem vigente e contestavam a legitimidade do poder real. Um dos primeiros pensadores iluministas foi John Locke. Nasceu em 1632, na Inglaterra, é considerado por alguns autores como o iniciador do pensamento ilustrado, suas idéias influenciaram a revolução gloriosa de 1688, mais a frente, já no século XVIII, à independência dos estados unidos e a revolução francesa.. Locke escreveu em 1679 os dois tratados sobre o governo civil, onde criticou a legitimidade dos reis. Defensores do absolutismo afirmavam que os soberanos eram descendentes direto de Adão, segundo o qual, Adão teria sido o primeiro pai e o primeiro Rei, passando a descendência aos monarcas. Segundo Locke em, o segundo tratado, a hereditariedade, nem a força do estado, poderia substituir a legitimidade do poder consentido pelo povo, observe,

“O segundo tratado é, como indica seu título, um ensaio sobre a origem, extensão e objetivo do governo civil. Nele, Locke sustenta a tese de que nem a tradição nem a força, mas apenas o consentimento expreso dos governados é a única fonte do poder político legítimo.” (WELFORT, 2005:84)

Na mesma pauta de Locke, de contestação ao modelo absolutista, floresceram teóricos que aprofundaram o debate sobre o período e ampliaram suas concepções de um estado liberal. Teóricos como Montesquieu, defensor e estudioso das idéias de Locke, tem na sua idéia mais conhecida à separação dos poderes. Afirmava que toda forma de poder gerava repressão e despotismo, para evitar esse comportamento, a autoridade real deveria ser dividida em três ramos naturais, executivo, legislativo e judiciário. acima, surgiram outros pensadores como Jean-Jacques Rousseau, François Marie Arouet, o Voltaire, Diderot, D’Alembert, Marquês de Condorcet, David Hume e outros. Apesar da forte influência exercida pelo iluminismo, surgiram teóricos que não concordavam com o todo do pensamento liberal. Uma vertente desse pensamento defendia o despotismo esclarecido, que segundo José Falcon, seria a união de uma cultura Iluminista e uma economia e política absolutista, observe,

“O despotismo esclarecido pode ser visto como o encontro de uma política e uma economia absolutista com uma cultura, das Luzes, definindo em relação ao estado Absolutista Clássico do Antigo Regime um novo modelo, o Estado déspota do século XVIII.” (HILSDORF, 2003,16)

Neste período de avanço de novas idéias, Portugal entra em contato com o iluminismo, segundo José Falcon, pela ação de diversos grupos, inclusive pela aristocracia, o que reforça a historiografia mais atual de que a ilustração não foi um movimento apenas burguês, mas daqueles que, burgueses ou não, criticavam e rompiam com o antigo regime, segundo Falcon, a chegada das idéias ilustradas ao reino Luso ocorreram por três frentes: a primeira – a família Ericeira que no fim do século XVII promovia discussões sobre autores modernos, patrocinava Rafael Bluteau propagador do pensamento cartesiano e ciências naturais, por fim a citada família investiu na fundação da academia dos Generosos (1717), que posteriormente se originara a academia portuguesa (1721). Segunda – Dom João V que fundou a academia real da história que realizavam discussões sobre Descartes, Newton e Bacon. Terceira- Padres oratorianos, seguidores de Descartes, defendiam um estado moderno, valorizando a língua materna.

Na primeira metade do século XVIII, foi coroado como rei de Portugal Dom José I (1750-1777). Para auxiliá-lo nomeou como primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho, o “Marquês de Pombal”. Foi durante a administração Marques de pombal que Portugal conheceu na prática administrativa do pensamento ilustrado. Pombal nasceu em uma família de pequenos fidalgos rurais, conseguiu espaço na nobreza ao casar-se com Tereza de Noronha, sobrinha de Conde dos Arcos.

Ao assumir o cargo, Pombal norteou seus atos administrativos em amplas reformas sociais e na diminuição dos gastos do aparelho estatal português. Observou-se que o tratado de Methuen, assinado em 1703, levou Portugal ao déficit nas contas, pois segundo o acordo os produtos ingleses, entrariam nos portos Lusos com isenção de impostos e os Vinhos Portugueses teriam vantagens alfandegárias na Inglaterra. Para piorar a crise o território português foi acometido no ano de 1755, por um terremoto, e no mesmo período o acordo de methuen foi prejudicado financeiramente, pois a Inglaterra se envolveu na Guerra dos sete anos¹, diminuindo, as exportações de vinho português.

Para solucionar o problema financeiro, Pombal tomou algumas medidas fiscais, que afetaram diretamente o Brasil. Uma das primeiras medidas foi a ampliação da fiscalização na área aurífera, criação da companhia de comércio do grão-pará e maranhão, anexação da Paraíba a Pernambuco.

¹ Conflito entre Inglaterra e França, de 1756 a 1763, que se alastra do território norte-americano ao continente europeu. Sua origem está na rivalidade econômica e colonial franco-inglesa nos EUA e na Índia e na ocupação dos estados franceses da Terra nova e Nova Escócia, no norte da América, por colonos britânicos instalados na costa nordeste.

A administração pombalina, não se reservou apenas as modificações na estrutura econômica, segundo Paulo Paim, a fase pombalina no Brasil foi responsável pela introdução da ciência à cultura brasileira, observe,

“No momento pombalino a ciência é incorporada à cultura luso-brasileira num sentido muito preciso, isto é, como ciência aplicada. Para a nova elite, formada sob Pombal, a ciência esgota-se como saber operativo e não se cogita de enfatizar o caráter simultâneo de busca da verdade, que lhe é próprio.” (PAIM, 1982,12).

No mesmo sentido de radicais ações econômicas, tivemos fortes mudanças educacionais realizada pelo Marques de Pombal. A principal modificação foi à institucionalização da instrução pública, ou seja, entregou ao estado a responsabilidade pedagógica, observe,

“O estado chama para si os encargos da instrução, retirando ao clero definitivamente um monopólio e um serviço que ele detinha desde a Idade Média. A importância crescente da burguesia na administração dos negócios do reino levava ao afastamento dos métodos pedagógicos das classes dominantes: nobreza e clero.” (BARBARA, 1979:22).

Como maior impacto das mudanças educacionais, observamos que em 1759, Portugal, mandou fechar escolas que se encontravam sobre a responsabilidade dos Jesuítas, mudou o currículo a ser ministrado, realizou concurso público para professores. Essas modificações afetaram diretamente o Brasil, pois escolas antes Jesuítas foram fechadas, e houve a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa e a proibição na utilização do Tupi-guarani. Com a saída de Dom José I em 1777, Marques de Pombal foi deposto do cargo, mas o seu legado administrativo se enraizaram em Portugal e no Brasil.

Baseado nas novas influências educacionais foi fundado, em Pernambuco, no dia 16 de Fevereiro de 1800, o Seminário de Olinda, no prédio do antigo colégio Jesuíta. O fundador do Seminário foi o Bispo Azeredo Coutinho. Nascido em família tradicional de senhor de engenho, administrou as posses da família com 26 anos, após seis anos abandonou os negócios e partiu para Coimbra, onde se formou em direito canônico, estudou filosofia e letras, por fim foi ordenado Padre e em 1794 Bispo. Veio ao Brasil foi proclamado arcebispo da arquidiocese de Olinda e nomeado governador interino de Pernambuco. O grande marco deixado em sua trajetória foram suas idéias pautadas em uma lógica burguesa. Defendia a escravidão, o tráfico negreiro e era contrário a independência do Brasil.

Na defesa da escravidão afirmava que o trabalho livre na Europa era aceitável devido às condições existentes no velho continente, segundo Azeredo o trabalhador europeu foi tirado dos meios de produção só lhe restando o trabalho assalariado junto aos donos do capital, já no Brasil só o trabalho escravo asseguraria a permanência do trabalhador ao meio produtivo e se houvesse a liberdade aos negros, os mesmos seriam detentores de terras desocupadas, podendo se reorganizar socialmente nos moldes africanos, por fim defendia a tese de que o escravo possuía mais privilégios do que o trabalhador assalariado, pois, “O chamado escravo, quando esta doente, tem seu senhor que trata dele, de sua mulher e de seus pequenos filhos, e que o sustenta, quando não por caridade, ao menos pelo seu mesmo interesse.” (ALVES, 1993:66).

Com a base do pensamento burguês, influenciado pela orientação pragmática das luzes, o seminário de Olinda foi organizado na liderança do seu fundador, o bispo Azeredo Coutinho.

A estrutura administrativa da instituição foi dividida em estatutos. A primeira etapa versava sobre a economia do governo interior da casa, e era dividida em três capítulos, mostrando a complexidade do funcionamento do seminário.

A segunda etapa do estatuto apresentava as ordens em relação a moral humana, era dividido em três capítulos. O primeiro capítulo tratava da relação do homem com Deus, que na concepção do seminário era o principal motivo de existência dos seres humanos, por essa concepção de relacionamento entre o homem e Deus, só existiria uma explicação na existência dos homens na terra, era a busca pela salvação. O segundo capítulo atenuava para os deveres do homem em relação a si mesmo, onde afirmava que o exercício do amor interior era o primeiro passo para a partilha do amor ao próximo e o último capítulo versava sobre os deveres do homem em relação aos outros homens, colocava em debate o amor ao próximo.

A terceira etapa do estatuto mostrava o plano de estudo do seminário revelando a formação iluminista do legislador, assim como o caráter iluminista da formação que queria ver impregnada nos colegiais, observe,

Por pouco que se adiantem os conhecimentos humanos nos estudos das ciências, já os discursos, e costumes não são os que d'antes eraõ, mas sim outros mais iluminados, e mais regulados, e que fazem distinguir o ómem na sociedade. Para que se adquirão estas ventagens, que produzem as ciências, devem ser regulados os estudos por um verdadeiro método, que não implique os entendimentos com materiais, e questões inúteis; mas sim adiante os conhecimentos, e ensine a procurar a verdade nas suas fontes: para este fim dispõmos aqui de artes e ciências, que se aõ de aprender no nosso colégio, e damos a norma pela qual se aõ de rejer os professores, que as ouverem de ensinar” (ALVES, 1993:106)

Para ingressar no colégio, o candidato deveria, no mínimo, ter completado 12 anos e dominar as primeiras letras, caso não soubesse teria aulas nas quartas-feiras, das 16 às 17 horas. O plano de estudo começava com primeiras letras e canto, sendo que o ingresso nas aulas de canto era por indicação do reitor ou dos padres, passava ao estudo da gramática latina, dividida em primeira classe, segunda classe e terceira classe, depois a retórica, logo após a filosofia dividida em lógica, metafísica, ética, física experimental, história natural e terminava com química, esta última etapa começava com doze e terminava aos dezoito. Com dezoito anos aprendia a última etapa do cronograma de estudo que era a teologia, dividida em teologia escolástica, teologia especulativa e teologia prática.

Apesar da formação do fundador ser voltada para a influência de algumas idéias do estado absolutista, vários padres que eram docentes no seminário de Olinda participaram das revoluções pernambucana de 1817 e a confederação do equador de 1824, segundo Evaldo Cabral de Melo, o seminário de Olinda foi um dos centros propagadores das idéias burguesas nas sublevações citadas.

Observamos que a estrutura pedagógica do seminário de Olinda possuía fortes traços das novas idéias, inclusive citada na terceira etapa do seu estatuto interno, essa tendência ilustrada no seminário ficou visível com a presença de professores influenciados pelas concepções iluminista, pois o fundador do seminário era contrário às idéias do pensamento liberal, e possuía poucas leituras ilustradas, leia,

“Além de humanistas como Bacon, o Bispo de Olinda aproximou-se, no máximo, e, mesmo assim pela mediação de terceiros, dos filósofos que estavam na origem do iluminismo. Este é o caso de Locke, por exemplo, assimilado através da obra de Verney.” (ALVES, 1993:139).

Padres como João Ribeiro Pessoa de Mello, considerado um dos líderes da revolução de 1817, Padre Miguel Joaquim d’Almeida e Castro, Padre José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, Padre Antonio Pereira de Albuquerque, Padre Pedro de Souza Tenório, Frei Joaquim do Amor Divino Rabello, Padre Gonçalo Inácio de Loyola Albuquerque e Mello, os religiosos citados participaram de uma das duas revoltas do período, chegando alguns a participar das duas sublevações. Segundo Gilberto Vilar de Carvalho, o Padre João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro, foi professor no Seminário de Olinda, onde a base do liberalismo fixou-se em seus pensamentos, fez depois estudos em Lisboa e, voltando a Pernambuco, conseguiu catequizar e persuadir, não só os que propendiam para a liberdade.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Gilberto Luiz Alves. **O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda**. Olinda: Humanidades, 1993.

BARBARA, Madeira. A. **Subsídios para o estudo da educação em Portugal: da reforma pombalina à 1ª república**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1979.

BEOZZO, José Oscar. **História Geral da Igreja na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson, 2003.

MAXWELL, Kenneth R. **A Devassa da Devassa a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MELLO, Evaldo Cabral. **A outra independência o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: 34, 2004.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 2006.

NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PAIM, Antonio. **Pombal e a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1982.